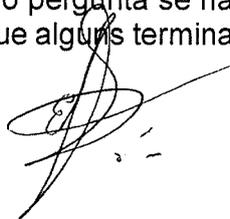


REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - ATA Nº 01/2024

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 08:35 horas, em primeira chamada, estiveram reunidos na sede da Fundação Municipal de Saúde de Canoas, sito a Rua General Salustiano, 678 - Canoas/RS, os membros do Conselho Fiscal da FMS, da empresa de Contabilidade e a assessoria financeira da FMS, para reunião ordinária, com as seguintes pautas: Análise da documentação financeira da FMSC, referente ao mês de dezembro do ano de dois mil e três e assuntos gerais. Estiveram presentes os conselheiros Eduardo e Aline, do CMS, Deise da Controladoria e Carla da Fazenda. Pela Fundação Municipal de Saúde estiveram presentes, a diretora Denise Zanella. Representando a empresa Galdino Contabilidade, o Sr. Gabriel. O Presidente dá as boas-vindas aos conselheiros e conversa com o Sr. Gabriel Galdino, pois devido a dificuldades ocasionadas pelo temporal, que atrasou todos os procedimentos, foi necessário fazer um ajuste nas datas. Ficou já acertado com os conselheiros que a próxima reunião fica marcada para 20/02/2024, para fazer o fechamento do ano, já com as notas descritivas, que deverão ser entregues até 16/02/2024 e a análise de janeiro de 2024, no dia 27/02/2024, sempre na tentativa de evitarmos o último dia do mês. O Presidente pergunta se todas as atas estão no site e a diretora Denise responde que todas lá estão, inclusive a de dezembro/2023. Inclusive a última, de dezembro. O Presidente explica a conselheira Carla Viviana que houve uma alteração nos vales restaurante, que agora não existe certame. A Fundação diz o quanto deseja contratar e o prestador se habilita e sem taxa administrativa. A diretora Denise relata preocupação quanto a segurança de trabalhadores unidades, pois vem crescendo os episódios de violência. Constatado cancelamento de notas, por ter vindo quantidade maior que o descrito na mesma e a servidora Lauren Andressa Gonçalves explica que houve aumento no pedido e acrescentado, porém, não corrigido na nota. Verificado valor unitário e em consonância ao valor do pedido. A conselheira Deise questiona o valor da folha e a diretora Denise informa que é de R\$ 1.959.640,00, com novecentos e sessenta e quatro funcionários. O conselheiro Eduardo questiona, pois, a média é de R\$ 2.032,82, por funcionário. Pergunta também sobre a periodicidade de exames nos colaboradores e se existe mês fixo para realização e a enfermeira Cátia responde que não e que a avaliação da necessidade é baseada na data de admissão, sendo a periodicidade conforme o risco de exposição aos agentes insalubres. O Dr. Leonardo, Médico do Trabalho confirma e complementa que o controle é feito por planilhas e que os exames podem ser anuais, semestrais e quadrimestrais, sempre levando em conta o risco de exposição. A conselheira Deise pergunta como são avaliados os funcionários que apresentem problemas psicológicos. O Dr. Leonardo responde que se tiver relação com o trabalho, há uma avaliação, mas que a Instituição não tem apoio psicológico, institucionalizado, aos colaboradores. O conselheiro Eduardo reforça as palavras da conselheira Deise, questionando no caso de uma agressão, fatos que vem aumentando no dia a dia. O Dr. Leonardo reitera que quando acontece, conversam e tentam auxiliar, mas caso contrário, a Fundação não tem este serviço de apoio. O conselheiro Eduardo expõe e a necessidade de que haja um cuidado maior com a saúde mental dos funcionários, que se não estiverem bem, não atenderão bem. As empresas têm investido na saúde funcional, afim, até aumentar a produção, com criação de departamentos, que auxiliem. O Dr. Leonardo diz que já pediram, mas não houve interesse das administrações. Se verifica a compra de doze licenças do software Office, no valor de R\$ 7.559,88, com valor unitário de R\$ 629,99, ao que o conselheiro Eduardo pergunta se não utilizamos os chamados softwares livres e a diretora Denise responde que alguns terminais têm, outros das administrações, tem office.



Outra preocupação dos conselheiros é derivada do grande número de veículos locados e a conselheira Viviane pergunta quantos carros estão à disposição. A diretora Denize responde que, hoje são oito carros. Cinco da empresa FUHR e da Andorra, dois e uma mini Van, do Consultório na Rua. Para o mês de dezembro foram reduzidos duas minivans e um carro. Os conselheiros debatem maneiras de aumentar o controle nos gastos com combustível e sugerem que seja incluída relação com placas e modelos de carros utilizados nos meses de referência, feita pela empresa que disponibilizou e quando houvesse necessidade de troca de viatura, ser informada. A servidora Luana fala que é necessário envio de apólice de seguro e documentação dos veículos disponibilizados no início do contrato e a cada substituição, a documentação deve ser reenviada. Aprovada a solicitação da conselheira Viviane para entrega da planilha dos carros à serviço, acostada na contabilidade mensalmente. A conselheira Viviane questiona sobre o ponto biométrico dos funcionários e a diretora Denize diz que todos os funcionários têm, menos as Pessoas Jurídicas. O conselheiro Eduardo solicita a confirmação do término dos saques na conta FUNPREV e a continuidade na retenção de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a título de restituição aos dois médicos que não se manifestaram, no processo instaurado com a decretação do Tribunal de Contas, que decidiu pelo final do contrato de Previdência Privada, por entendimento da nulidade da obrigação. Revela preocupação quanto ao atraso de repasses da Prefeitura, pois os recursos sacados, serviram para que não fossem pagos juros e multas por atraso nos pagamentos e agora não mais estão à disposição e a Diretora Denize confirma que por ora, só restam os recursos determinados pelo Conselho Curador, na conta específica. Mais uma vez o conselheiro Eduardo cobra da administração, a carta que autoriza a glosagem e o desconto do parcelamento do PPCI e fundo de reserva, determinado por parecer do Jurídico da Fundação. Diretora disse que já entregou e foi-lhe respondido que os conselheiros não acataram, pois a planilha apresentada, com o desconto no aluguel, não deixava clara a aceitação do proprietário. O servidor Tobias, fiscal do contrato, esclarece que o PPCI é do condomínio, o que não estaria previsto no contrato. A diretora comprometeu o Departamento Financeiro de providenciar, o documento. O conselheiro Presidente determina a entrega dos balancetes mensais, que eram fornecidos ao Conselho Fiscal, no início das reuniões começando já na reunião seguinte. O Presidente solicita aos demais seu parecer acerca das contas do mês de dezembro de 2023 e diante do entendimento dos conselheiros, foram lavrados as discordâncias e aceites. Sendo assim, às 10:38 horas, com a aprovação unânime da documentação, incontroversa dá a reunião por encerrada, em que para constar, eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada pelos presentes.

Em tempo: Corrigida a informação. A folha da FMS é de R\$ 3.888.914,96, com novecentos e quarenta e cinco funcionários.

